

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS


ALMEDINA

 ces

Centro de Estudos Sociais

Dicionário das Crises e das Alternativas



DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

AUTOR

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, n.ºs 76, 78 e 79
3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901
www.almedina.net · editora@almedina.net

DESIGN DE CAPA

FBA

REVISÃO

Victor Ferreira

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra

producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado

Universidade de Coimbra

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

ISBN 978-972-40-4820-8

CDU 316

338

global da sociedade que permitisse superar um *statu quo* marcado por condições de dominação. Tendo em Karl Marx a sua principal referência, a teoria crítica entreviu na alternativa marxista ao capitalismo a pedra de toque de uma tal transformação, ao mesmo tempo que desenvolvia uma leitura do marxismo oposta à vulgata soviética.

O legado da teoria crítica é, no mínimo, paradoxal. Por um lado, a falência de uma teoria geral da transformação social, então corporizada no marxismo, viria a deixar órfão o pensamento crítico desejoso de horizontes de alternativa. Por outro lado, o apelo a um conhecimento comprometido marca decisivamente o emergir de uma teoria social crítica; não mais fundada em universalismos dualistas, mas capaz de visibilizar faces da dominação longamente negligenciadas: o racismo, o patriarcado, o colonialismo eurocêntrico, a subjugação das pessoas com deficiência, etc.

No atual cenário de crise, a teoria social crítica vive tremendos desafios: apresentar propostas que não se limitem à defesa do *statu quo* ante a voracidade do capitalismo predatório; estabelecer traduções fecundas entre as diferentes formas de resistir à dominação capitalista no mundo; combater o silenciamento das faces da dominação secundarizadas pelo discurso economicista; e, finalmente, opor-se a lógicas de investimento na ciência que, premiando saberes submissos à ordem vigente, aniquilam a teoria empenhada na busca de alternativas.

Bruno Sena Martins

Terceiro setor

O terceiro setor é povoado por organizações, princípios, relações sociais, valores e racionalidades frequentemente não associados ao Estado, ao mercado ou às relações na esfera familiar e de vizinhança. Pertencem a este espaço vários tipos de organizações de caráter não lucrativo ou sem fins de lucro que atuam nas áreas da solidariedade, da defesa de direitos e de interesses, da ajuda mútua, etc. Indica-se a solidariedade, a caridade, o altruísmo, a reciprocidade, a cooperação, a democracia, o interesse coletivo ou o interesse geral como características deste espaço e dos agentes que o povoam.

Na tradição europeia, o terceiro setor é frequentemente sinónimo de economia social – associações, cooperativas e mutualidades –, ainda que nem todos concordem com a ideia de separação entre Estado, mercado e comunidade, preferindo a ideia de relações múltiplas e hibridização. Em

Portugal, a recentemente aprovada Lei de Bases da Economia Social e a criação da CASES (Cooperativa António Sérgio para a Economia Social) vieram dar uma relevância política a este setor inédita entre nós, além do habitual reconhecimento do interesse público de muitas organizações ou a cooperação entre o Estado e organizações como as Instituições Particulares de Solidariedade Social e outras na governação do bem-estar.

O terceiro setor tem sido um campo polémico desde que emergiu na década de 1970 enquanto setor. Se para uns veio oferecer uma possibilidade de redução da intervenção e responsabilização do Estado, para outros tem sido um campo para reivindicações de emancipação e de alternativas, quer aos fracassos do Estado, quer aos fracassos do mercado, quer ao fracasso da atual relação entre o Estado e o mercado. Associado à crítica e crise do Estado-Providência desde que surgiu, é presentemente, e uma vez mais, repositório de expectativas diferentes acerca da capacidade da sociedade de ultrapassar a atual crise através da inovação social, seja por via da retração do Estado e avanço do mercado, seja por via de uma nova forma de Estado e de uma economia mais plural.

Sílvia Ferreira

Trabalho

O trabalho é um elemento central da sociedade e uma dimensão intrínseca da economia. Várias componentes dessa centralidade emergem do sistema de referências de sociabilidade que lhe é intrínseco na sua relação com o global social e a natureza.

Ao longo da Idade Média, trabalhar era visto como algo desvalorizado, desprestigante e estigmatizante. O ócio era apanágio das elites e o trabalho, relegado para escravos, servos ou indigentes, não concedia estatuto de dignidade. Com o avanço da sociedade foi reconhecido ao trabalho um novo sentido ético, positivo, libertador. Porém, desde os primórdios do capitalismo, o trabalho passou frequentemente a estar associado também a contextos de grande exploração e a ser sinónimo de opressão e alienação.

Em resultado de inúmeras lutas laborais e sindicais, desenvolvidas desde a primeira metade do século XIX, foi conquistada a valorização da retribuição do trabalho e das profissões, a dignidade e a segurança para as condições da sua prestação e organização, bem como a igualdade no acesso ao trabalho e a proteção do trabalhador, mesmo quando desempregado. O tempo de trabalho